

***XAMBIOÁ: PAZ E GUERRA:* O TESTEMUNHO NO ROMANCE HISTÓRICO DE CARMO BERNARDES**

LAYANE SERRACENA*

Universidade Federal de Goiás (UFG), Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPGLL),
Goiânia, GO, Brasil.

Recebido em: 17 jul. 2021. Aprovado em: 14 abr. 2022.

Como citar este artigo: SERRACENA, L. *Xambioá: paz e guerra: o testemunho no romance histórico de Carmo Bernardes. Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, v. 22, n. 2, p. 35-50, maio/ago. 2022. doi: 10.5935/cadernosletras.v22n2p35-50

Resumo

Denunciado e perseguido por agentes da repressão, Carmo Bernardes viu como um governo autoritário pode atingir a vida humana. A obra *Xambioá: paz e guerra* narra o impacto da guerrilha do Araguaia na vida dos moradores de Xambioá, revelando como uma situação histórica pode despertar o melhor ou o pior nos indivíduos, alterando sua humanidade e o curso da vida. A obra funciona como testemunho, fornecendo ao leitor a versão do vencido, contestando a exemplaridade do “herói” e evidenciando a necessidade de se fazer justiça.

* E-mail: layaneserracena@gmail.com
 <https://orcid.org/0000-0001-9156-2751>

Palavras-chave

Testemunho. Guerrilha do Araguaia. Carmo Bernardes.

INTRODUÇÃO

Integrando o cânone goiano de autores pouco estudados, Carmo Bernardes deixou um legado literário significativo. Para entendermos melhor esse legado, recorreremos à tese de doutorado de Márcia Pereira dos Santos (2007), intitulada *Relembrações em mingunte: interpretação biográfica da obra de Carmo Bernardes*, na qual ela afirma que há 18 livros já publicados, os quais privilegiam gêneros como a crônica, o conto, a autobiografia e o romance. Para ela, a estreia de Carmo Bernardes na literatura é tardia; afinal, sua primeira coletânea de contos publicada foi *Vida mundo*, em 1966, quando o escritor já tinha 51 anos de idade. Sua obra retrata a fauna, a flora e os costumes do estado com maestria, fazendo dele um grande regionalista.

Consultando elementos pré-textuais nas obras de Carmo Bernardes, encontramos outros detalhes de sua biografia. O autor nasceu em 1915, em Patos de Minas, e sua família mudou-se para o Goiás quando ele tinha apenas 5 anos. Bernardes viveu no estado até sua morte em 1997. Morou a maior parte da vida em Goiânia, onde foi funcionário da Assembleia Legislativa de Goiás, jornalista e escritor, também ocupou a cadeira 10 da Academia Goiana de Letras de 1974 a 1996 e foi vencedor de vários concursos literários, entre estes é válido mencionar o concurso promovido pela Casa de las Américas² em Cuba, em 1991.

Entre suas obras, destacamos para este estudo *Xambioá: paz e guerra*. O livro escrito em 1979 foi trancado em uma gaveta pelo autor que recomendou à família e a alguns amigos que só o publicassem anos depois de sua morte. A obra só foi publicada em 2005, oito anos após a morte do autor. O cuidado para que a publicação só ocorresse postumamente é compreensível, pois Carmo Bernardes foi denunciado como subversivo ao regime militar. Na obra, encontramos uma nota de abertura escrita por Isanulfo Cordeiro (BERNARDES, 2005, p. 9) onde lemos:

2 A Casa de las Américas é uma organização fundada em Cuba, em 1959, cuja finalidade é promover o intercâmbio da cultura entre os países latino-americanos. Essa organização, além de promover exposições, festivais e encontros de literatura, artes plásticas, teatro e música, oferece anualmente o Prêmio Casa de las Américas, que é dedicado a escritores latino-americanos e caribenhos.

Natural foi, portanto, que no período obscurantista dos governos militares Carmo Bernardes se visse permanentemente às voltas com perseguidores que lhe davam caça, a esse intelectual que insistia em escrever obras desafiadoras. Do general Kruel dos ferozes IPMs ao cabo da PM que rondava as feiras-livres, todos os grandes e pequenos membros da larga teia inquisitorial da ditadura pareciam estar atrás do escritor. E Carmo, que respondera a um desses Inquéritos Policiais Militares em Março de 1965, viu-se na obrigação de se proteger em um lugar bem distante.

Ao fim da nota, Isanulfo Cordeiro (BERNARDES, 2005, p. 10) acrescenta ainda o que seria o motivo das recomendações do autor para que a publicação fosse póstuma, segundo ele:

O motivo de tanta cautela: temia ele que as revelações que faz e a citação de tantos e importantes personagens da vida real acabassem resultando em problemas para sua família querida e também em desgosto para amigos que porventura tivessem algum tipo de ligação com os repressores do movimento guerrilheiro.

As peculiaridades que cercam a produção e publicação da obra *Xambioá: paz e guerra*, somadas à temática explorada no romance, justificam a necessidade de estudar essa obra e sua relevância para as letras. Pretendemos analisar o romance histórico de Carmo Bernardes, escrito em período da ditadura militar, buscando identificar nele seu caráter testemunhal, observando suas referências ao período histórico em que foi produzido. Desse modo, compreenderemos a trajetória do cânone goiano nesse contexto de perseguição política e o teor interpretativo de suas produções. Ressaltamos que, por ser um texto literário com enfoque no período da ditadura militar, a obra faz-se inequivocamente relevante para a literatura nacional, visto que os fatos históricos abordados pela narrativa aconteceram por todo o território brasileiro.

O ELEMENTO ESPECIFICAMENTE HISTÓRICO E O TESTEMUNHO EM XAMBIOÁ: PAZ E GUERRA

O livro *Xambioá: paz e guerra*, de Carmo Bernardes (2005), é dividido em três partes que são sinalizadas apenas por “Primeira parte”, “Segunda parte” e “Terceira parte”, inscritas no topo da página antes do início da narrativa.

O texto é narrado em primeira pessoa. Dr. Marquinhos, homem que se encontra na região e que acaba envolvido com os guerrilheiros por simpatizar com a luta e visão política deles, é quem narra à medida que vivencia e observa os fatos. A narrativa não possui um núcleo central, são muitos personagens e histórias fragmentadas que mesclam várias temáticas. A única coisa linear no romance é a guerra e suas fases, e, ainda sim, entre esses relatos, intercalam-se trechos que abordam a vida corriqueira da população que vive às margens do Rio Araguaia e o impacto da guerrilha na vida dela.

Vale refletirmos, antes de prosseguirmos em nossa análise, sobre o que faz de um uma narrativa um romance histórico. Seria óbvio indicar os acontecimentos históricos como plano de fundo da narrativa, que o enredo, os personagens e o cenário fossem construídos tendo por base um acontecimento histórico. É bem verdade que o gênero vai estar situado sob o passado histórico, mas a análise de Lukács (2011, p. 33, grifo nosso) sobre as condições sócio-históricas do surgimento do gênero vai além, criticando os romances que antecedem os de Walter Scott, pois, para o crítico, estes abordavam a história apenas como “roupagem”:

O mais famoso “romance histórico” do século XVIII, *O castelo de Otranto*^{**3}, de Walpole, trata a história apenas como roupagem; somente importa aqui a exposição da curiosidade e da excentricidade do meio, e não o retrato artístico fiel de uma época histórica concreta. O que falta ao pretense romance histórico anterior ao de Walter Scott é o elemento especificamente histórico: o fato de *a particularidade dos homens ativos derivar da especificidade histórica de seu tempo*.

Claramente observamos a importância da história nesse tipo de narrativa, mas também é acrescentada a particularidade dos homens como derivação da especificidade histórica de seu tempo. Logo, podemos compreender que, além de estar situado no período histórico, para ser um romance histórico é necessário que a narrativa também destaque o fator humano, levando à luz quais serão as peculiaridades dos homens dentro dos acontecimentos desencadeados pela especificidade histórica. Sob essa perspectiva, ressaltamos ainda que retratar a história com fidelidade seria o papel do historiador, e o escritor, distintamente, precisa compreender como as grandes revoluções podem afetar cada indivíduo. Daí a importância de nos atentarmos para a condição dos personagens dentro do romance, observando como sua vida e suas ações são afetadas

3 Nota de rodapé do original: ** São Paulo, Nova Alexandria, 2010. [N. E.].

pela especificidade histórica. Se a história narra os fatos, a literatura coloca em discussão como cada um desses acontecimentos afeta a humanidade.

O leitor de *Xambioá: paz e guerra* só terá acesso às peculiaridades dos homens dentro dos acontecimentos desencadeados pela especificidade histórica por meio do narrador. Como já dissemos, Dr. Marquinhos é o narrador personagem da obra, por intermédio dele tomamos conhecimento de tudo o que acontece em Xambioá, e, desse modo, ele se converte em testemunha. É necessário entender que, enquanto a guerrilha acontece, o personagem está em fuga, movimentando-se com cautela pelas redondezas e sempre alerta, o que ele nos narra é o que ouve por meio do rádio clandestino (usado pelos militantes), dos moradores, das rádios da Albânia, e, em algumas exceções, situações em que ele é testemunha ocular, mas que não causam nele trauma.

Dr. Marquinhos não foi capturado pelos militares, não foi preso e não sofreu tortura, e, por isso, não podemos classificá-lo como *superstes*, pois, para Seligmann-Silva (2005, p. 126, grifos do autor), esse tipo de testemunha é caracterizada por ter sobrevivido a uma catástrofe e que, por conta do trauma, não consegue relatar; o teórico sinaliza para outro tipo de testemunha que está vinculada ao *testimonio*, é a testemunha como *testis*, que se caracteriza por ser o terceiro elemento na cena jurídica, “capaz de *comprovar, certificar*, a verdade dos fatos”.

É como *testis* que Dr. Marquinhos vai lançar mão de recursos que terão por finalidade comprovar a verdade de sua narrativa. Como testemunha, ele tem consciência de que o que narra ultrapassa o limite do que o leitor irá considerar verossímil, e isso fica nítido quando diz: “Por falar em cachorro lamber, um caso, *só sendo acontecido mesmo na guerra do Xambioá*, me deu asco, arrepição brabo, correram-me cócegas lombo afora, à hora que me contaram” (BERNARDES, 2005, p. 134, grifo nosso). Por conta dessa consciência é que o narrador como testemunha lançará mão de recursos que tentarão convencer o leitor de sua confiabilidade e, conseqüentemente, do relato. Um desses recursos é impregnar o texto com elementos reais, por exemplo: citar o nome das rádios que ouvia (Tirana e BBC); citar o nome do chefe da operação repressora e de vítimas da ditadura; e ainda narrar em detalhes notícias que ele escutou no rádio, os fatos são reais, as vítimas também, todos os acontecimentos noticiados se deram por ocasião da ditadura.

Entre as notícias ouvidas por Dr. Maquinhos no rádio, destacamos a história de Aurora do Nascimento Furtado, guerrilheira capturada e torturada até a morte em 1972 (o autor muda o fim da história, dizendo que ela sobreviveu

à tortura e conseguiu anistia, apesar de ter ficado com a cabeça torta, talvez uma tentativa de oportunizar à jovem guerrilheira, ainda que na ficção, o direito à vida que lhe foi tirado). Também destacamos o assassinato do jornalista Wladimir Herzog, as mortes de Pedro Pomar e Ângelo Arroyo, a morte do delegado Otávio Gonçalves Moreira Jr., a história de Lamarca e Iara Javelbergue; além desses, muitos outros casos reais são ouvidos pelo rádio e incorporados na narrativa.

Colocar fatos reais dentro da ficção não diminui o valor testemunhal da narrativa, pois, de acordo com Salgueiro (2012, p. 299): “A presença da ficção na confissão e no testemunho não invalida, em hipótese alguma, os traços gerais do ‘gênero testemunho’ [...] Ao contrário, este cruzamento amplifica a questão”. Especificamente na obra literária sob análise, o que podemos observar é a validação da narrativa fictícia por meio da narração factual. Ao colocar no relato os nomes de vítimas e algozes e casos reais, Dr. Marquinhos parte da literalidade para construir a confiabilidade necessária ao *testis*, mostrando que pode certificar a verdade dos fatos. Quando olhamos para os relatos e pensamos que eles são tenebrosos demais para serem verossímeis, recordamo-nos dos casos reais invocados pelo narrador e percebemos como as partes ficcionais do relato são perfeitamente cabíveis dentro do contexto ditatorial em que se deu a guerrilha do Araguaia. Em suma, a literalidade em *Xambioá: paz e guerra* é o alicerce que confere verossimilhança ao texto ficcional, pois se torna um argumento que confere confiabilidade à testemunha e conseqüentemente ao seu testemunho.

Certos de que Marquinhos é o *testis*, obviamente o relato feito por ele será o *testimonio*. Seligmann-Silva (2002, p. 126, grifos do autor), em “‘Zeugnis’ e ‘Testimonio’: um caso de intraduzibilidade entre conceitos”, ao diferenciar as peculiaridades entre os termos, ressalta as particularidades do *testimonio*:

[...] a literatura de *testimonio* antes de mais nada apresenta-se como um registro da história. Na qualidade de *contra-história* ela deve apresentar as provas do outro ponto de vista, discrepante do da história oficial. Não existe aqui o *topos* da singularidade nem o da unicidade do evento testemunhado: pelo contrário, enfatiza-se a continuidade da opressão e a sua onipresença no “continente latino-americano”.

Xambioá: paz e guerra nos apresenta a “contra-história” com maestria. A primeira parte da narrativa trata de colocar o leitor a par das injustiças enfrentadas pelo povo da região, além de relatar a chegada dos guerrilheiros,

o estabelecimento deles e o modo como iam agindo discretamente para ganhar a simpatia e confiança do povo. Enquanto auxiliavam os locais em suas necessidades básicas, os militantes também disseminavam os ideais comunistas. O povo aos poucos entendia a conexão da guerra com a própria vida, passando a enxergar o conflito como possibilidade de desenvolvimento de uma nação mais justa. No decorrer da segunda e terceira partes do romance, é oportunizado ao leitor conhecer detalhes da guerrilha, das torturas, do modo como os militares agiam sem piedade ao aniquilarem os inimigos e posteriormente ocultarem os cadáveres. Esses fatos jamais serão encontrados nos manuais oficiais de história. Contudo, ainda é preciso ter em mente que

[...] na hispano-américa passa-se da reflexão sobre a *função testemunhal da literatura* para uma conceituação de um novo gênero literário, a saber, a *literatura de "testimonio"*. A "política de memória", que também marca as discussões em torno da Shoah, possui na América Latina um peso muito mais de política "partidária" do que "cultural": aqui ocorre uma convergência entre política e literatura. Dentro de uma perspectiva de luta de classes assume-se esse gênero como o mais apto para "representar os esforços revolucionários" dos oprimidos (SELIGMANN-SILVA, 2002, p. 125, grifos do autor).

É interessante notar que Lukács (2011) aponta para a luta de classes e as grandes revoluções como desencadeadoras do romance histórico. Para ele, essas duas situações engajam exércitos de massa, esses exércitos se constituem de forma distinta, "o conteúdo e a finalidade da guerra têm de ser expostos à população de maneira clara, na forma de propaganda" (LUKÁCS, 2011, p. 38). Logo, podemos observar que tanto Lukács (2011) quanto Seligmann-Silva (2002) concordam com o fato de que a política converge para a literatura no sentido de que tanto o *testimonio* quanto o romance histórico são gêneros oriundos desse processo político de luta de classes. Como sabemos, o romance histórico em estudo nasce atrelado ao contexto ditatorial, em que o engajamento das massas para a luta armada é necessário para remover do poder o regime autoritário. O texto ficcional vai se empenhar em fornecer ao leitor informações sobre como ocorrem a propaganda e o engajamento do povo para a formação desses exércitos, e esses atos, não podemos esquecer, são políticos e até mesmo "partidários".

A ideia de Seligmann-Silva (2005) de que o *testimonio* é um registro da história que nos apresenta a *contra-história*, com provas e pontos de vista discrepantes da história oficial, leva-nos a uma das finalidades da narrativa testemunhal.

Evocamos outro texto de Seligmann-Silva (2005), “Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes”, no intuito de elencar ainda outras necessidades do gênero testemunhal. Para o teórico: “na literatura de *testimonio* a necessidade é entendida quase que exclusivamente em um sentido de necessidade de se fazer justiça, de se dar conta da exemplaridade do ‘herói’ e de se conquistar uma voz para ‘subalterno’” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 90). Como a narrativa carmobernardiana é ilustração disso, passaremos a analisar como *Xambioá: paz e guerra* nos oferece uma *contra-história* que desconstrói o “herói” da história oficial e, ao mesmo tempo, dá voz e lugar ao “subalterno” que é perseguido pelo estado, sujeitado a ele e até aniquilado pela violência deste.

Iniciemos abordando como as forças repressivas são descritas a partir do momento que muitos “milicos” chegam à região. Entre eles, está o capitão Curió, muito aguardado pelo Dr. Vasconcelos. Já na chegada, prendem um vereador na cidade, ao mesmo tempo se escuta no rádio da BBC o ataque a guerrilheiros de Caparaó, mais um aparelho de guerrilha desmontado, muitos mortos. A partir daí, a vida pacata e a paz que reina em Xambioá começam a definhar. E a barbaridade noticiada no rádio contrasta com a primeira barbárie cometida no lugar. Com riqueza de detalhes Dr. Marquinhos narra:

A gleba, daí Araguaia acima, é domínio do dr. Paulo. Num clarear do dia, antes de o pessoal sair para as lavourinhas de jerimum que iniciavam, o capitão Curió parou seu helicóptero, suspenso no ar, e correu a metralhadora, *picotou de cima para baixo homens, mulheres e crianças mal despertos na manhã brumada*. Segundo contam, levaram o velho Quintino Capeva com pá e aluvião, fizeram ele abrir um buraco e jogar dentro os defuntos. Depois seo-Capeva fez uma cova, ficou em pé na beira e foi derrubado dentro, costurado de bala. É assim que se faz com invasor da propriedade alheia, e seo-Quintino consumido para não haver testemunha do massacre (BERNARDES, 2005, p. 51, grifo nosso).

Sobre a chacina, o narrador consternado faz o seguinte comentário:

Aí eu senti; nem queria acreditar que um ser humano tivesse coragem de fazer uma coisa dessas, tirar a vida de pessoa tão boa veia como era seo-Quintino, que não tinha coragem de ofender uma barata. *Uma gente dessa só tem de humano o gesto e a fala*. E dona Sinhá, que considerava ele como irmão? Moura veio me contando que ela transtornou-se, mal do coração como anda, acham que não vai resistir ao baque (BERNARDES, 2005, p. 51, grifo nosso).

Esse trecho explora tanto a peculiaridade dos homens que Lukács nomeia como “elemento especificamente histórico” (sobre a qual tratamos no início do tópico) quanto a contestação e exemplaridade do herói [uma das necessidades da literatura de *testimonio* segundo Seligmann-Silva (2002)]. A maldade do capitão ao metralhar famílias invasoras de terra e um homem simplesmente por ser testemunha do massacre é uma particularidade dos agentes de repressão que deriva da especificidade histórica de seu tempo, tanta brutalidade é justificada por se tratar do período ditatorial, que coloca as forças da repressão acima da lei e da humanidade, permitindo que qualquer barbárie seja praticada em nome da defesa da pátria. Além disso, o algoz que pratica a carnificina sem distinguir entre homens, mulheres e crianças, a reação do narrador em questionar a humanidade dos autores da matança e a preocupação com a perda de dona Sinhá, além de refutar o caráter do “herói” da história oficial, mostram como a guerra afeta diretamente a vida individual, sem escolher gênero, idade ou sem sequer medir a culpabilidade antes de distribuir sentenças.

O caráter e a moral dos proclamados “heróis” pela imprensa nacional continuam sendo desconstruídos pela narrativa, contrastando com as exaltações das reportagens midiáticas. O poder e os recursos ilimitados, em nome da defesa da pátria, promovem exageros e regalias, tudo isso é explicitado pelo modo como vivem os militares em tempos de operação: “A farra do comércio no Marabá é grossa, os homens estão como querem, mais de 600 mulheres da vida, todo avião que sai vai pesado de diamba⁴ e muito pó. Vida melhor pra quê?” (BERNARDES, 2005, p. 104). A posição dos militares, conferida pelo regime ditatorial, não só confere a eles o título de heróis, mas desencadeia neles particularidades humanas nunca vistas em outro período da história brasileira. Esses homens possuem verbas governamentais ilimitadas, não podem ser punidos, e tudo podem fazer em nome da defesa da pátria. A primeira contestação na narrativa é o motivo que leva as forças do governo a agir:

Correu uma notícia forjada de que era para chegar nas divisas com a Colômbia um carregamento muito grande de armas e munições, procedentes de Cuba, e que combatentes dos guerrilheiros, dos que acampavam nas matas do sul do Pará, sigilosamente já se encontravam no litoral para receber a carga. Foi quando em Brasília as forças do governo se alvoroçaram, coronéis e generais pularam

4 O termo “diamba” é utilizado no interior do Brasil e nas sociedades com forte influência agrária para se referir a maconha. A origem da palavra está no quimbundo, língua africana falada no noroeste da Angola.

pra cima e se mobilizaram, ocasião, que não podiam perder, de *receberem soldo redobrado* (BERNARDES, 2005, p. 63, grifo nosso).

Nesse trecho, percebemos que o motivo não é defender a pátria, mas sim receber o salário redobrado. Além do verdadeiro motivo que move a forças do governo, seu comportamento põe em xeque sua moralidade, pois, ao se estabelecerem no maior armazém do lugar, nomeando-o de Casa Azul, “Juntou rapariga de toda parte do mundo, só estrangeiras dizem que havia trinta e duas, cabaré e bordéis a riviria, nunca se viu tanta mulherzinha de menor, delas até de 14 anos” (BERNARDES, 2005, p. 63-64). Os heróis da pátria torturam, matam, drogam-se e prostituem com mulheres menores de idade, ao passo que o resto do país de nada sabe, pois a mídia comprada mantém as aparências para que os ditadores permaneçam no poder.

O caráter dos militares continua em questão durante a narrativa e passa a contaminar o caráter de homens comuns, de modo que ninguém mais pode confiar em ninguém. Um exemplo disso no romance é a descoberta de que Brito, que antes fazia favores e até mesmo emprestava o caminhão para que Dr. Marquinhos fosse até os garimpos falar sobre a necessidade de os trabalhadores se levantarem contra os patrões a fim de obterem melhores condições de trabalho, agora desaparece ao mesmo tempo que se encontra dentro do seu depósito cartazes de terroristas procurados com a imagem e o nome de militantes, confirmando que Brito colabora com os militares, se não é um deles. Outro que antes levava Marquinhos aos garimpos de avião e agora se mostra aliado de Brito e dos militares é Josino Cantídio Noletto Ribeiro, o Josa. O narrador, ao descobrir que os dois amigos estão vinculados aos “miliacos”, tem medo e percebe, consciente do perigo que corre, a necessidade: “Desvencilhar-me de certos ganchos, sumir da vigilância da repreensão, de um Brito e sei lá se de outros, pode ser que o Josa também tenha olho comprido em mim” (BERNARDES, 2005, p. 80).

Na terceira e última parte da narrativa, encontramos a declaração de que Brito e Josa viraram sócios em duas firmas e um cabaré, e que sempre são vistos com o capitão Curió, “andando de avião abaixo e arriba, não se sabe fazendo o quê” (BERNARDES, 2005, p. 131). Não restam dúvidas de que uma das particularidades que a especificidade histórica vai desencadear nos homens é a traição, traem para agradar aos poderosos, para obter privilégios, pois não possuem caráter exemplar, traem porque o poder corrompido dá regalias e

benefícios aquele que trair. Carmo Bernardes (2005, p. 142) vai ser ainda mais enfático no capítulo II da terceira parte:

Quando acontece de aparecer novos mandões num lugar aparecem também, logo de imediato, os adutores, os que querem ficar bem com a nova situação que fazem os maiores absurdos para serem mais realistas que o rei, denuncia os conterrâneos, obedecem a ordens para torturar seus próprios conterrâneos. Quando os militares tomaram o poder foi assim: ninguém pensava que na sociedade houvesse tanta pústula humana. Aconteceu de sujeitos abandonarem suas posições, até promotor de justiça fez isso, para ir servir os novos donos da situação. Em Goiânia teve advogado que chegou a mudar para o quartel, para se dedicar exclusivamente ao serviço dos militares.

Mesmo religiosos e homens de moral acabam passando por cima de tudo para estarem do lado do poder, como é o caso de Airton, “que até era ministro da Assembléia de Deus” (BERNARDES, 2005, p. 143), mas se instala no Xambioá com os militares, mesmo sendo um simples informante. Nosso protagonista também não deixa de comentar como a imprensa brasileira parece empenhada em privilegiar a versão dos militares e exaltá-los como heróis da pátria: “A imprensa dita sadia fez um estardalhaço medonho, embandeirou-se toda em exaltação ao ato dos matadores e os declarou heróis, bravos defensores da pátria; pátria que são eles, muito particularmente” (BERNARDES, 2005, p. 65). Tudo está comprado e articulado de forma que quem detém os recursos também detém o poder, comprando a mídia, e conseqüentemente o posicionamento do povo, que, por não ter ciência das barbáries, fica a favor do governo autoritário.

Se os militares são apresentados como homens barganhadores regidos pelo interesse e pela desumanidade, podemos ver os grupos guerrilheiros retratados de uma forma muito distinta no decorrer do romance; estão sempre ajudando o povo com medicação, alfabetizando as crianças e mobilizando os trabalhadores para se unirem reivindicando melhores condições de trabalho. Até mesmo a sede dos guerrilheiros é construída de forma que seja proveitosa também para ajudar a comunidade, como vemos na descrição do lugar:

Um barracão muito grande, coberto de capa e bica de tronco de coqueiro, que um velho tirador de castanha havia ensinado o pessoal a fazer, bem repartido em quartos e salas, de paredes enchimentadas.

Num cômodo grande, com bancada toscana na beira das paredes, era o salão da escola, com trinta ou mais meninos do povo das matas do Pará recebendo

aulas. Numa outra peça menor era a farmácia sortida dos medicamentos mais necessários, estoque sempre grande de sulfato de quinino para as malárias. Ao lado o armazém sempre farto de gêneros que uns amigos do Marabá, interessados no dinheiro, forneciam chegando por vias travessas, cortando pelos furos ocultos que só a gente natural do lugar conhece (BERNARDES, 2005, p. 145).

A sede não tinha luxos, era construída com as técnicas ensinadas pelos locais e priorizava espaço para a sala de aula e estoque dos medicamentos. Em outra passagem da primeira parte do romance, ficamos cientes de que os guerrilheiros sofriam as penúrias impostas pelo clima rigoroso, além disso: “Alguns daqueles jovens nem pele possuía mais, comida pelos pernilongos, piuns, maruins, mutucas de variadas espécies, muitos esvaindo-se em disenterias amebianas silvestres” (BERNARDES, 2005, p. 58). Mesmo nessas condições completamente desfavoráveis e contrastantes com a condição dos repreensores da guerrilha, o grupo parece unido, sempre lutando pelos seus ideais, sem bom armamento, sem boas condições. Ainda assim, eles não desertam, não se traem, permanecem juntos e obtêm êxito sob os militares na primeira fase da guerrilha.

Na última parte da narrativa, encontramos: “Ali estão os restos mortais de um pugilo de jovens que teve abortadas as esperanças de construir um Brasil liberto das injustiças de que eles mesmos foram vítimas” (BERNARDES, 2005, p. 149). Encontramos aqui outro contraste, esses jovens foram capazes de perder suas vidas lutando por um Brasil liberto das injustiças, enquanto o sentimento que move seus repreensores é o salário redobrado. As situações e ações opostas que a narrativa expõe fazem questionar quem de fato representa o herói e o subversivo, o romance fornece as informações, mas deixa a cargo do leitor essa análise.

O fim da narrativa possui um desfecho ainda mais chocante, que funciona como o ápice da frieza, dissimulação e falta de caráter dos “heróis”. João Silva dos Santos, foragido, aparece no Caiano, lugar do maior acampamento guerrilheiro da região, acaba sendo acolhido pelos militantes e se mostra bonzinho, humilde e muito serviçal. Joãozinho cuidava de todos com zelo, especialmente de Ana Rosa, farmacêutica de boa família de São Paulo, que acaba se apaixonando pelo foragido da cadeia do Marabá. Eles acabam tendo um romance, e Ana Rosa engravida. Quando ela está com cinco meses de gravidez, João desaparece, e a angústia toma conta do acampamento. Todos estão preocupados até que acontece o seguinte:

Numa tarde clara daqueles dias sinistros o Caiano é atacado por um pelotão de homens fardados de uniforme usado nas selvas, um padrão de tecido que era uma tentativa boçal de mimetismo com a folhagem do meio ambiente. As dose pessoas, homens e mulheres reunidos, discutiam uma resolução, foram surpreendidos recebendo rajadas de fuzil automático leve, tombavam um por um sem o menor esboço de reação. *A primeira a ser picotada no tórax foi Ana Rosa, que caiu sobre a chapa do fogão onde preparava o jantar.*

Mesmo nas vascas da morte provavelmente se assustaram em ver que o comandante da chacina era João Silva dos Santos, que acionava a sua arma e dava voz fortíssima de comando. Trazia nas ombreiras da farda a estrela patente de capitão, e a ordem de Brasília era de exterminar a todos, como já haviam exterminado os camaradas do Igarapé Jurupensém e os da Borda da Mata (BERNARDES, 2005, p. 147, 148, grifos nossos).

O final é chocante: um homem acolhido por todos, que passou meses ali convivendo diariamente com os guerrilheiros, não poupa nem mesmo a amante e filho que ele gerou. Pelo contrário, faz questão de matá-los primeiro. Descobrimos no capítulo seguinte que o capitão Robson de Sá Bizarria utilizou o nome de João Silva dos Santos simplesmente para se infiltrar no acampamento, onde permaneceu por cinco meses. O que impressiona é que nada que viveu ali foi capaz de sensibilizá-lo, nem mesmo a amante e o filho que amolecem seu caráter. Com esse final, Carmo Bernardes explora como a ditadura despertou a desumanidade nos militares, e esse acontecimento será o desfecho da obra: a operação militar acaba de vez, o último destacamento de guerrilheiros é completamente aniquilado, Robson de Sá não leva em conta as amizades, a mulher e o filho, a defesa da pátria está acima de tudo e de todos, nenhum sentimento pode se interpor à missão de exterminar a guerrilha.

Depois de questionar a moral e os ideais dos agentes da repreensão e contrastá-los com a moral e os ideais dos militantes, ficam nítidos os verdadeiros algozes. O fim de cada grupo também contrasta, os guerrilheiros acabam mortos, com os corpos mal chamuscados e sepultados em vala comum na Serra das Andorinhas; enquanto isso, “o capitão Robson, hoje coronel, desfruta de uma aposentadoria bem remunerada, com um certificado reluzente de herói da Pátria, coberto de glórias e do respeito dos seus camaradas” (BERNARDES, 2005, p. 149). Enquanto os jovens que lutavam por uma pátria liberta de injustiças são assassinados sem o direito a um enterro digno, os militares ganham o título de heróis da pátria, promoções e aumentos salariais, protegidos pela Lei da Anistia, envelhecem com gordas aposentadorias, uma espécie de recompensa por terem perdido qualquer tipo de humanidade,

praticando barbaridades inarráveis, com o direito à impunidade e ao silêncio que a Lei da Anistia garante. A Lei da Anistia será criticada duramente por Bernardes; afinal, desde suas propostas iniciais, demonstrava favorecimento apenas aos militares envolvidos, como se evidencia no trecho a seguir:

De anistia há propostas: toda a população livre, na cadeia ficando apenas os envolvidos em recontros resultando em morte, por parte deles cumprindo penas, os do exílio fora também do indulto, assassinos da repreensão e torturadores todos com seus processos virados cinza. Os processos dos paisanos, esses não; eles sem direito de entrar no serviço público exigindo atestado de ideologia, consideram crimes não só por atos, por pensamento também (BERNARDES, 2005, p. 94).

A frase que finaliza o romance chama a atenção por parecer a síntese da história: “São assim os destinos do mundo” (BERNARDES, 2005, p. 149). Depois de tantas tragédias narradas, a impressão que temos ao ler essa frase final é de que tudo não passou de situações forjadas pelo destino, o destino é o culpado, e a nós resta apenas o conformismo; afinal, trata-se dos destinos do mundo. A sensação que realmente fica tantos anos pós-regime militar é a mesma: afinal, testemunhamos cidadãos da pátria negando a existência da ditadura, indo às ruas pedindo a volta do regime, uma nação passando por cima de um passado histórico tenebroso, como se de fato se tratasse apenas dos destinos do mundo.

CONCLUSÃO

Por tudo que discurremos até aqui, fica evidente que o romance histórico *Xambioá: paz e guerra* possibilita uma narrativa de *testimonio* que busca resgatar a história do vencido, fornecendo uma *contra-história*, em que se pode questionar a exemplaridade do “herói”, dando voz ao vencido e mostrando ao público leitor a necessidade de se fazer justiça. A narrativa ressalta as especificidades humanas desenvolvidas dentro das peculiaridades históricas que circundam o romance, a ditadura militar, mais especificamente a Guerrilha do Araguaia, trazendo como testemunha um narrador empenhado em relatar o drama humano originado da catástrofe histórica, além de denunciar e permitir que as vítimas falem, ainda que por meio de um terceiro como porta-voz. Seligmann-Silva (2010, p. 14) aponta para o fato de que

Nossos testemunhos estão sufocados pelas amarras de uma “política do esquecimento” que não conseguimos até agora desmontar. De certa maneira podemos dizer que as vítimas e aqueles que lutam pela verdade, memória e justiça ficam relegados pelos donos do poder a uma posição melancólica, que é difícil de aceitar e de se conviver com ela. Ela destrói. O grande desafio que se coloca hoje, 30 anos depois da anistia, é quebrar as barreiras que até hoje impediram este trabalho de testemunho de entrar em funcionamento.

Por isso, obras como *Xambioá: paz e guerra* se fazem tão necessárias no cenário nacional, uma vez que resistem ao apagamento da memória e do testemunho. Weinhardt (1994, p. 51) discorre sobre o romance histórico retomando as ideias de Lukács, esclarecendo que para o “romance histórico não interessa repetir os relatos dos grandes acontecimentos, mas ressuscitar poeticamente os seres humanos que viveram essa experiência”. O romance histórico permite ao testemunho ressuscitar e trazer à tona a memória e os ideais dos injustiçados, e, se os corpos permanecem ocultados e em silêncio, a literatura lhes permitirá, ainda que em ficção, falar. Em uma era de negacionismos, obras como nosso objeto de estudo terão o dever de deixar clamar a voz do oprimido, ressuscitando sua memória e mantendo viva a luta por justiça. Além desse papel, o romance histórico terá o dever de esclarecer ao leitor as razões sociais e humanas que levaram os homens daquele tempo e espaço a pensar e viver da forma como fizeram (WEINHARDT, 1994, p. 51). E Carmo Bernardes cumpre esse papel. Nas páginas de sua obra, tomamos conhecimento de um passado que como indivíduos nossa geração não viveu, passamos a questionar os fatos, os motivos e as lutas mal narradas pela história oficial, encontrando espaço para a reflexão e discussão de temas que, apesar da passagem do tempo, permanecem atuais.

XAMBIOÁ: PAZ E GUERRA: THE TESTIMONY IN THE HISTORICAL NOVEL BY CARMO BERNARDES

Abstract

Denounced and persecuted by agents of reprimand, Carmo Bernardes saw how an authoritarian government can affect human life. The literary work *Xambioá: paz e guerra*, narrates the impact of the Araguaia guerrilla on the lives of the residents of Xambioá, revealing how a historical situation can awaken the best

or the worst in individuals, altering their humanity and the course of life. The narrative operates as a testimony, providing the reader with the version of the loser, contesting the exemplarity of the “hero” and highlighting the need to do justice.

Keywords

Testimony. Guerrilla of Araguaia. Carmo Bernardes.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, C. *Xambioá: paz e guerra*. Goiânia: Agepel: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2005.

LUKÁCS, G. *Teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2000.

LUKÁCS, G. *O romance histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.

SALGUEIRO, W. O que é literatura de testemunho: considerações em torno Graciliano Ramos, Alex Polari e André du Rap. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 31, p. 284-303, jul./dez. 2012.

SANTOS, M. P. dos. *Relembrações em minguanete: interpretação biográfica da obra de Carmo Bernardes*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2007.

SELIGMANN-SILVA, M. “Zeugnis” e “Testimonio”: um caso de intraduzibilidade entre conceitos. *Pandaemonium Germanicum*, São Paulo, n. 6, p. 67-83, dez. 2002.

SELIGMANN-SILVA, M. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, v. 30, p. 71-98, jun. 2005.

SELIGMANN-SILVA, M. O local do testemunho. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 3-20, jan./jun. 2010.

WEINHARDT, M. Considerações sobre o romance histórico. *Revista de Letras*, Curitiba, n. 43, p. 49-59, 1994.